



Título: Projeto Integrar para fiscalização de políticas descentralizadas

Data de conclusão da etapa em avaliação: 12 de dezembro de 2019

Objetivo do trabalho:

Com base em indicadores disponíveis, o projeto desenvolveu uma metodologia que permita aos tribunais de contas brasileiros trabalhar de forma mais estratégica e coordenada, selecionando ações de controle de maior risco e com maior potencial de impacto. Em dezembro de 2019, foi concluída a descrição da metodologia para seleção integrada de ações de controle.

Descrição do aprimoramento, potencial ou efetivo, da Administração Pública:

Os tribunais de contas exercem papel relevante na indução de melhores resultados e maior eficácia, eficiência e efetividade nas políticas e programas públicos. Políticas descentralizadas, envolvendo mais de um nível de governo para sua completa execução, requerem uma fiscalização conjunta e coordenada dos órgãos de controle externo, nas esferas federal, estadual e municipal.

Atuar de modo coordenado envolve não apenas a realização de auditorias coordenadas, mas um planejamento integrado entre tribunais de contas, com a identificação de áreas de maior risco e priorização de ações de controle com maior potencial de impacto e indução de melhorias.

Aplicação de conceitos, ferramentas ou métodos novos, ou inéditos em determinado contexto, que resultaram no aperfeiçoamento do controle externo:

O Projeto Integrar desenvolveu metodologia inovadora de uso compartilhado pelos tribunais de contas brasileiros, para que possam, de forma colaborativa, identificar



os problemas críticos relacionados à entrega de políticas públicas descentralizadas e mapear as prioridades de fiscalizações cooperativas.

Usando técnicas diversas, o projeto induz à tomada de decisões baseada em evidências, por meio do uso de indicadores nacionalmente aceitos. A etapa concluída em dezembro/2019 trouxe grandes avanços na forma de atuação do conjunto de tribunais de contas envolvidos e tem o potencial de reduzir sobreposições, lacunas e duplicações de esforços no controle externo realizado nas três esferas de governo.

O Projeto Integrar optou por desenhar a metodologia com o escopo fechado na área de Educação, e tem perspectivas de expandi-la para outras áreas a partir de 2021.

Melhoria da eficiência, eficácia, efetividade ou economicidade da atuação estatal

A identificação estratégica de ações de controle, baseada em evidências, envolvendo o conjunto de tribunais de contas em discussões para fiscalização de problemas nacionais tem o grande potencial de induzir melhorias na capacidade estatal de articulação entre entes federados e promover entregas mais satisfatórias aos cidadãos. O que, infelizmente, ainda se percebe, de forma recorrente, é o desencontro de ações nos níveis federal, estadual e municipal, com falta de clareza na distribuição de responsabilidades, no financiamento de tais responsabilidades, com sérios impactos para o beneficiário final da política.

O aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas descentralizadas, a exemplo da educação, e o estímulo ao monitoramento e à avaliação do desempenho pela Administração pública são o impacto potencial do Projeto Integrar, que virá da realização das fiscalizações selecionadas com base em evidências.

Para a consecução do objetivo do Projeto, o TCU estabeleceu parceria com nove Tribunais de Contas brasileiros, que atuaram diretamente na discussão da metodologia. Os demais Tribunais de Contas foram integrados ao projeto em



fevereiro de 2020 e participam atualmente do desenvolvimento dos produtos finais do Projeto, previsto para terminar em dezembro do corrente ano. A implementação, realização de trabalhos conjuntos e expansão para outros setores de políticas descentralizadas estão previstos para 2021. A Associação de Membros de Tribunais de Contas (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com apoio do Comitê Técnico de Educação do IRB, atuam na articulação institucional entre os atores.